

- U. F. R. J.
BIBLIOTECA
- IPPUR

A
Adauto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
IPPUR/UF RJ

LEGAL E LEGÍTIMO: A "LEGISLAÇÃO" INTERNA DE UMA COMUNIDADE MARGINAL
ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE REURBANIZAÇÃO, PELO PODER PÚBLICO,
DA FAVELA DE SANTA MARTA, RIO DE JANEIRO. ANÁLISE DOS CONFLITOS
ENTRE TÉCNICOS E COMUNIDADE, GERADOS PELA INTERFERÊNCIA NO
COTIDIANO E NA FORMA DA COMUNIDADE.

Monografia do Curso de Especialização
em Planejamento Urbano e Regional - 1988

Aluno: CARLOS ABENZA MARTINEZ

Orientador: Prof^o Adauto Lucio Cardoso

Rio, Outubro/1989

ÍNDICE	PÁG.
INTRODUÇÃO	07
Capítulo I	
HISTÓRICO DA FAVELA	11
Capítulo II	
A IDÉIA DE REURBANIZAR	16
Capítulo III	
O PRIMEIRO PROJETO DA PREFEITURA	23
Capítulo IV	
O SEGUNDO PROJETO DA PREFEITURA	27
Capítulo V	
O PROJETO FINAL DA PREFEITURA	30
Capítulo VI	
CONCLUSÃO	35
ANEXOS	38

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram na execução deste trabalho, professores e alunos do curso de especialização, pela possibilidade de termos feito durante toda duração do curso uma reflexão coletiva, sem a qual seria inviável o engenheiro civil fazer este trabalho.

Agradeço também ao Professor Adauto Lucio Cardoso pela orientação e carinho; aos professores Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Robert Pechman, Luciana Lago, Eduardo Carvalho, Pedro Abramo e Mauro Kleiman, pelo companheirismo com que me receberam no Instituto; ao corpo administrativo, João, Patrícia, Andréa, Leila, Paula e todos demais pela amizade e eficiência de seus trabalhos.

Gostaria de expor um agradecimento muito especial à comunidade do Santa Marta pelo longo tempo de vida que temos em comum. Seria impossível nomear cada um, mas prefiro a omissão de alguns, que o anonimato de todos, portanto muito obrigado a Gilson Cardoso, José Diniz, Maura, Ronaldo, Itamar, Riquinho, Cleide, Fatinha, Cid, João, Maria Ines, Borrachinha, Adair Rocha, Cintia, Luisinho do açougue, Dora, Pe. Agostinho, Jose Luis, Choquita, Bito, Hosana e a todos e todas que esqueço aqui.

Agradeço também Marta Amancio M. Gomes pela paciência em aturar minhas crises existenciais durante o desespero ao não encontrar fontes de consulta.

Mais que um agradecimento especial, dedico este trabalho como uma homenagem a quem representa toda a história do Santa Marta: Dona Quinha, mãe de todos, falecida no desabamento de fevereiro de 88. Sua história não poderia acabar num leito; sua morte foi uma ato político, minha benção.

Para PILAR e PACO ABENZA,

pelo exemplo de que é possível recomeçar.

Na liberdade e paixão de cada morador,
está a cidade que queremos.

INTRODUÇÃO

A questão do déficit habitacional nas grandes cidades brasileiras é um tema bastante discutido, tanto por pesquisadores, quanto pelo poder público. A constatação de que as favelas são um fenômeno universalizado nas cidades brasileiras, levou o Estado a diversas intervenções no sentido de erradicá-las do cenário urbano, construindo conjuntos habitacionais nas periferias como solução para o problema.

A disputa pelo espaço urbano na economia capitalista dentro de sua lógica de racionalidade, levou a uma estratificação social do espaço onde restam aos perdedores as periferias e favelas na disputa pelo espaço. O quadro de crise econômica existente torna a favelização um processo de efeito reprodutor, no sentido em que este agravamento traz a escassez de espaços e recursos econômicos para a área social e um elevado índice de empobrecimento da classe trabalhadora, fazendo que este efeito tenha uma progressão geométrica. O nível atual, quando mais de 30% da população carioca vive em favelas, é um dado revelador da situação irreversível a que chegamos.

A conivência do Estado nesta questão nos traz hoje a uma nova situação na realidade urbana. As favelas não são mais um problema e sim uma solução de moradia para as famílias de baixa renda e o elevado tempo de existência destas comunidades, com diversas gerações ali nascidas, criam cidades dentro da cidade. Ci-

dadas marginais, satélites à legal. A erradicação pura e simples, sem respaldo social e econômico necessário, coloca a reurbanização⁽¹⁾ como forma de enfrentar a situação, por parte do estado, diante da magnitude do problema.

[Esta grande massa de cidadãos assentada nas favelas, sofreu em toda sua história um total abandono por parte do poder público, à excessão da repressão policial, acabando por criar elas próprias verdadeiros microcosmos urbanos, com regras próprias, uma autêntica "legislação" interna, que normatiza uma forma particular de sobrevivência à margem da cidade legal, permitindo sua existência e reprodução. Esta forma de viver segundo seus valores, dá a estas comunidades uma identidade específica que pretendemos abordar neste trabalho.)

O estudo de caso proposto tem por finalidade levantar estas regras à partir de um processo de discussão do projeto de reurbanização executado na gestão dos governos municipais de Marcelo Allencar e Saturnino Braga, ambos "progressistas", mas que enfrentaram diversos conflitos na tentativa de impor um modelo de reurbanização distante do desejo da comunidade. A metodologia adotada foi a observação participativa durante o processo de reurbanização da favela. Esta participação, anterior à execução desta reflexão, teve origem na militância política à partir de 1980 como membro do Partido dos Trabalhadores (PT). Os laços afetivos criados na convivência e identidade com os moradores, assumiram um ca-

(1) A utilização do termo reurbanização é proposital para marcar a posição de ser a favela, um espaço com sua própria urbanização, com problemas mas, que neste caso, suas soluções não significam alterar sua forma.

ráter que hoje ultrapassa a questão partidária, tornando impossível um trabalho "imparcial". Portanto, coloco-me como um observador interno, assumindo a postura de membro da comunidade, elaborando um trabalho com boa dose de parcialidade, emoção e, principalmente, de paixão.

Em função disto, embora saibamos ser um caso talvez único, este estudo visa trazer ao debate o processo de reurbanização de uma favela, onde a resistência à mudança de sua forma de vida, seu cotidiano comunitário, está na luta por sua identidade enquanto favela, reagindo contra fazer parte de um modelo de cidade, estratificada, excludente que, para ela, não deu certo.

[Tentamos mostrar não ser mais possível pensar em soluções reurbanizadoras que simplesmente tentem integrar a comunidade favelada à vida urbana, nos padrões e conceitos culturais da cidade legal, da cidade do asfalto. Cada favela é um caso que reproduziu-se dentro de suas próprias características e seus próprios valores, cada uma tem sua forma de ocupação e terá sua própria solução.]

Inicialmente nosso objetivo era o de levantar as normas internas que rejeitam esta comunidade, mas as dificuldades em se obter fontes de consulta e, principalmente, de debate, nos mostraram a singularidade deste caso, levando o trabalho proposto à uma dimensão muito acima de nossos limites, tanto de tempo, quanto teóricos. Mesmo assim resolvemos manter o tema para que a descrição deste processo sirva ao debate sobre o urbano, sob um enfoque diferente das fontes encontradas, onde temos casos em que as comu-

nidades lutam por soluções que às integrem ao "visual" da cidade legal. (2)

(2) FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Néilson. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ZAHAR EDITORES, 1981, p. 31. Brás de Pina. Neste trabalho o processo descrito trata da visão dos moradores em transformar a favela em um bairro com as características urbanísticas da cidade "legal".

I- HISTÓRICO DA FAVELA

A ocupação do morro de Dona Marta tem início na década de 30, segundo relato de seus moradores mais antigos. A área foi ocupada inicialmente pela "concessão" de um guarda florestal que permitiu a instalação de algumas famílias em barracos de madeira no alto do morro em terrenos públicos. Não se sabe ao certo do porquê ocupar a parte alta do morro, talvez pela proximidade de Laranjeiras, onde havia a fábrica Confiança, ou se para tentar manter oculto pela vegetação e longe dos olhares de Botafogo, o "comércio" do guarda florestal.

Na década de 40, já sem a intervenção do guarda, a comunidade estava com cerca de 70 famílias assentadas distribuídas entre a parte alta conhecida como pico, e na parte baixa. Não foi possível determinar com que proporções elas se distribuíam, ou qual foi o processo de ocupação da parte baixa. Neste período surge na comunidade a presença do padre Veloso resolvido a fazer um trabalho de assistência religiosa às famílias, via sua paróquia do Colégio Santo Inácio, na Rua São Clemente. Os primeiros contatos foram na evangelização da comunidade e procede-se a construção da igreja, primeira obra de urbanização do morro, primeiro "serviço" social.

A importância deste fato está na presença da igreja no desenvolvimento da comunidade e suas lutas, como veremos mais adiante, assim como dos partidos políticos.

A ocupação da favela dá-se com três períodos de pico: 1950, 1980 e 1982. Até 1950 ela é feita por grupos aparentados entre si e por outros expulsos de alguns bairros da zona sul, principalmente Copacabana. Esta expansão das moradias era no sentido radial das casas já construídas, formando núcleos familiares. As duas laterais do morro eram muradas e vigiadas, de forma que a tendência era de ligação entre a parte alta e a baixa da comunidade. Com o desenvolvimento do bairro de Botafogo a concentração de moradias foi maior na parte baixa.

Em 1950, governo Getúlio Vargas, corre no morro a notícia da remoção da favela, levando seus moradores ao pânico de perderem suas casas. Do pânico passam a ação, organizados na igreja e preparam uma manifestação para reivindicar ao presidente eleito a não remoção. Não se pensava ainda em urbanização, o importante era a garantia das casas (naquela época o morro era um local aprazível, com as casas tendo fossas e água potável de diversas nascentes existentes). Com apoio da igreja, os moradores partem em passeata até o Palácio do Catete e são recebidos pelo Presidente que assume o compromisso de não remover nenhuma família das terras públicas. Esta garantia oficial, faz com que a ocupação aumente sensivelmente por parte de moradores de outras favelas em processo de remoção, além de ser o lugar ideal de moradia para as que vinham do interior em busca de empregos no início da industrialização.

Este momento de pico está registrado na memória das famílias, não tendo sido encontrado em nenhum "documento". Ainda hoje encontramos grupos antigos, como o "pessoal de Itaperuna",

peçoal de Minas", "peçoal do Norte", etc. Esta imigração heterogênea trouxe consigo uma diversidade de valores culturais e de forte presença nos dias de hoje, como a Folia de Reis, Festa do Padroeiro, o costume das reuniões de família, a religiosidade. Após o momento de pico a favela volta a seu ritmo normal, agora com problemas de saneamento provocados pelo crescimento desordenado, conseguindo passar incólume pelo período do governo Lacerda onde começaram as remoções em massa, graças a organização de seus moradores apoiados pela igreja católica e pela militância de Margarino Torres⁽³⁾.

Neste ponto temos a favela totalmente ligada pela ocupação do terreno no sentido do fluxo constante entre as partes altas e baixas da comunidade. As famílias já maiores ocupando áreas afastadas entre si, provocam um ir e vir criando toda uma vida comunitária neste movimento. Observa-se uma concentração de moradias na parte baixa da favela, com as melhores e maiores casas, terrenos mais valorizados e com uma população, em sua maioria, de melhor renda familiar. Digo em sua maioria porque uma das características da favela é a diversidade de tipos de moradia e rendas ocupando o mesmo espaço. Trata-se da existência de uma estratificação espacial facilmente constatada reproduzindo, neste aspecto, as contradições existentes no restante da cidade.

Os motivos mais constantes surgidos nas entrevistas realizadas como causa da concentração e conseqüente valorização dos imóveis na parte baixa, em contrapartida a desvalorização e

(3) Margarino Torres foi um advogado do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que baseava sua militância nas favelas, sua participação está presente em diversos relatos de moradores.

menor adensamento na parte alta onde se concentra a marginalidade, foram a proximidade de Botafogo, bairro de passagem do eixo sul-centro, em processo de transformação em bairro de serviços, tendo [abundantes transportes coletivos; a tendência a procurar a saída do morro; a baixa ingrididade; facilidade de policiamento; escolas e empregos.]

Outro momento de pico foi em 1980 quando se dá a eletrificação do Morro. Até então a luz era fornecida pela Comissão Municipal de Energia (CME) de forma precária e ~~a~~ partir de 1980, passa a ser função da LIGHT. A luz chega à todas as casas, instalam-se medidores e com isto há uma melhoria das condições de vida na favela, aumentando a procura de pessoas em busca de moradia.

Em 1982, governo Brizola, ocorre o maior pico no crescimento da favela. Não existem mais espaços vazios e acontece o fenômeno de "inchaço" da comunidade. Em sua campanha eleitoral, Brizola garante que além de não remover nenhuma favela irá promover a urbanização, com teleféricos, escadas rolantes, etc. Brizola vai ao morro e afirma em comício que "depois do Pavãozinho, vai chover na horta do Santa Marta".

Segundo o censo de 80, a população da favela era de 5.500 habitantes e no cadastramento das famílias para o programa "cada família um lote" em 86, foram registrados cerca de 7.800 habitantes, em 1.360 famílias. Esta taxa de crescimento seria insustentável para as cidades mais desenvolvidas, quanto mais para esta comunidade.

Este pequeno histórico da favela em linhas gerais, não tem o objetivo de levantar a história da comunidade⁽⁴⁾, apenas mostrar o processo de ocupação responsável por sua identidade cultural, suas relações sociais, marcas determinantes no processo de reurbanização descrito nos próximos capítulos.

(4) Está sendo feito um trabalho em vídeo sobre a história do morro pelo grupo ECO, sob coordenação do cineasta SÉRGIO GOLDBERG.

II- A IDÉIA DE REURBANIZAR

Após o golpe militar de 64, a organização popular na favela, com forte influência de Margarino Torres precisava ser controlada pelo governo. Assim sendo, surge a figura do Cabo Ferreira, militar morador do morro, que assume a presidência da Associação de Moradores (A.M.). Sua gestão, não muito democrática, tinha por finalidade controlar o movimento dos moradores e cuidar da não expansão da favela além dos limites laterais existentes⁽⁵⁾.

[Sua intervenção levou à criação um verdadeiro comércio de terras onde ele impunha as regras, apoiando o Sr. Lopes, primeiro grande grileiro de terras do local]

Em 1977 um grupo de jovens ligados ao trabalho da igreja local cria o jornal comunitário ECO, com a proposta de divulgação das notícias da comunidade. Estas notícias nunca saem nos jornais, a não ser quando são ligadas ao crime. O jornal seria a forma da comunidade ter sua própria rede de informações na sua linguagem, tratando dos assuntos de seu interesse, além de aproveitar a produção cultural interna.

O trabalho executado pelo grupo acaba por aglutinar diversas outras pessoas e propostas, levando a sair da esfera das notícias para o trabalho comunitário mais amplo. Realizam uma série de eventos coletivos como a colônia de férias, clube de mães,

(5) Na época a favela era delimitada à esquerda pelo consulado de Portugal, hoje Prefeitura do Município, e à direita pelos terrenos pertencentes à família Flexa Ribeiro e ao consulado da Inglaterra. (Informação colhida junto aos moradores).

do favelado, alija-o da sociedade legal, através, por exemplo, da televisão e escola mostrando um mundo diferente que ele vive. Os livros didáticos com casas de alvenaria em ruas largas, arborizadas e com Évas vendendo as uvas, estão guardados nas sacolas de Marias das Graças subindo as escadarias estreitas, entre valas e, às vezes, chupando uma manga.

Esta procura assumida pela direção da associação coloca a favela em franca oposição ao Poder Público, rejeitando qualquer forma de discriminação ou assistencialismo puro e simples. Promovem-se diversas manifestações contra escolas públicas que recusam matrículas de crianças do Santa Marta, contra empresas de ônibus que não param nos pontos da favela, contra os órgãos públicos nas reivindicações de seus direitos de cidadão.

A direção ganha tal representatividade social, que qualquer manifestação reunia de 500 a 1.000 moradores. Nesta época, quando o espaço democrático vai sendo recuperado por toda sociedade brasileira, a A.M. junta-se a AMAB, Associação de Moradores de Botafogo, nas lutas do bairro, ou seja, o morro passa a se ver e a ser visto como parte integrante do complexo urbano. Passa a ser cidade, bairro, onde barraco vira domicílio.

Mas nem tudo são rosas. A participação da comunidade em todas as decisões da diretoria, traz uma tomada de consciência de classe provocando por diversas vezes o conflito entre as duas A.M.s. Os interesses do asfalto não são os mesmos do morro, os valores são diferentes e nesta diferença se dá o conflito. Por exemplo a marginalidade, o preconceito social e racial, ou sa-

neamento, são questões constantes nas lutas das organizações de moradores, onde as propostas do "asfalto" colidem com as do morro.

O processo de discussão em assembléias trouxe o amadurecimento, o aprofundamento das questões e foram incorporadas à comunidade os assessores técnicos. A forma de encarar a urbanização de todo o morro dentro de uma proposta ampla requeria dados técnicos para viabilizá-la. Estes assessores⁽⁶⁾ ajudam a elaborar soluções para os problemas, dentro das condições viáveis, dando uma nova forma de luta para a comunidade.

Em 1982, época do pico de adensamento, a situação da moradia e do saneamento atinge níveis insuportáveis, provocando uma nova discussão sobre a estratégia de luta da comunidade pela reurbanização de toda a favela. A questão não é mais o saneamento das valas ou lixo, coloca-se a necessidade de todo um reordenamento da comunidade. [O adensamento na parte baixa do morro traz problemas sociais difíceis de resolver, como o crescimento inseguro de diversas moradias, a supervalorização dos lotes, um aumento enorme de lixo e dejetos e a ventilação das casas comprometidas pelo aglomeramento excessivo.]

Diante disto, a A.M. resolve preparar um plano para a comunidade a ser submetido ao Estado como reivindicação, diferente das outras pontuais, agora global. Inicia-se o debate tendo como ponto central, o planejamento da favela a partir de seus va-

(6) Esta assessoria eram técnicos voluntários de universidades, comprometidos com a militância popular. Não se trata de um grupo homogêneo, mas sim de vários grupos e pessoas, sem articulação, partindo da Associação de Moradores a direção do movimento.

lores próprios, suas características, com alguns elementos básicos: manter a forma, lixo, esgoto, drenagem pluvial, áreas livres, edificações, acessos, reordenamento espacial.

Antes o saneamento era tido como a questão principal da comunidade, agora a questão colocada é que o saneamento é parte integrante da reurbanização total da favela, não podendo ser encarado separadamente das outras questões. O morro não tem coleta de lixo ou rede de esgotamento causando problemas de saúde e riscos de deslizamentos. Hoje o saneamento é visto como parte integrante do reordenamento espacial, não havendo rede que suporte um aumento demográfico desordenado do porte que sofre a favela. Após intensos debates começa a ser desenhado um plano de desenvolvimento para o Santa Marta.

A primeira necessidade era esvaziar a parte baixa e para isto é previsto um incentivo à ocupação do pico, ainda com espaços livres. Projeta-se um acesso pelo Cosme Velho dotando a estrada do Mundo Novo de pavimentação e de uma ligação através de micro-ônibus, facilitando as condições de vida naquela região. Os eixos longitudinais seriam mantidos e os transversais alargados, possibilitando a passagem dos latões de lixo para as duas laterais do morro. Aqui seriam construídos dois teleféricos que na descida trariam o lixo e na subida material de construção, mobília, mercadorias, etc. O novo traçado dos acessos foi motivo de muita discussão, já que algumas famílias teriam que ser relocadas ou perderiam parte de seus barracos, mas como o processo se deu com ampla participação, os conflitos foram democraticamente resolvidos, com ambas as partes cedendo em nome das melhores condições de vida pa-

ra a favela.

"Mantínhamos áreas livres para urbanizar com praticas, passagem dos trilhos e latões, ter melhores condições de vida. Não derrubávamos barracos nem proibimos construções, nós não somos governo. Negociávamos com o morador mostrando a ele a importância disto para o bem de sua família. Era um plano diretor para a favela, fruto da vivência comunitária, não uma lei que só existe no papel e ninguém respeita, mas uma legislação legítima e acatada". (7)

Existe um verdadeiro "código de obras" baseado em dois princípios básicos: ["o céu é o limite"], e ["antiguidade é posto"] O morador que tem sua casa pode construir quantos pavimentos quiser e isto é um ponto de conflito. É comum a existência de puxadas para varandas ou outros cômodos e, no momento de adensamento, a verticalização da favela foi muito grande. (Como poderia um morador levantar um cômodo a mais se há outro em cima? Este tipo de conflito leva a uma intervenção da A.M. no caso. Verifica-se a antiguidade dos dois para saber se o de cima invadiu o espaço aéreo ou o de baixo "encaixou-se". Esta situação é interessante pois a terra é vista como solução de moradia e não como propriedade.) O princípio de "o céu é o limite", só é aplicado se o morador estiver antes do outro, caso ele construa sob a varanda de alguém, a terra passa a ser contada a partir do segundo pavimento, restando-lhe o espaço de baixo apenas)

(7) Gilson Cardoso, 39 anos, diretor da A.M. e morador no morro há 35 anos.

"Estas negociações não são fáceis, são complicadas com brigas, ameaças, etc., mas sempre chegamos a uma solução de comum acordo. Este acordo só é possível pela legitimidade que a A.M. tem na comunidade. Não só estes problemas eram tratados, mas a questão do risco da casa, da ventilação, do local, e esta legitimidade foi conquistada na nossa inserção na comunidade, nas atividades, na luta e nas decisões sempre tiradas em assembléia. Nunca cagamos regra". (8)

(8) Itamar Silva, 30 anos, presidente da A.M., nascido no morro.

III- O PRIMEIRO PROJETO DA PREFEITURA

Em 1986 o movimento comunitário encontra espaço para seu projeto de urbanização com a eleição de Saturnino Braga na Prefeitura. A plataforma de Saturnino era de governar com a comunidade e isto abre uma brecha para execução do plano. Pouco após a posse, o prefeito e seu vice, Jó Resende, convocam a direção da A.M. para uma reunião no Palácio a fim de apresentar um projeto de urbanização para o Santa Marta, elaborado pela SMDU, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, ainda na gestão anterior.

A direção aceitou participar da reunião para saber que projeto era este já que não foram consultados, apesar dos laços de relacionamento entre o vice-presidente e a comunidade. Era um projeto bonito, com maquete e um monte de 'doutor' falando enrolado, mas não tinha nada a haver". (*)

O projeto consistia na construção de "minhocões" (edifícios sinuosos) na parte baixa da favela, onde seriam assentadas as famílias, em apartamentos de 1 e 2 quartos, removendo a favela. Este projeto destruía a favela. Apesar de aparentemente ser bem intencionado, não levava em conta as características da comunidade. A direção da A.M. rejeitou o projeto questionando-o em vários aspectos. Primeiro, porque a proposta dos moradores não foi levada em consideração? O prefeito alegou falta de recursos, mas que este projeto teria aprovado o financiamento pela Caixa

(9) Gilson Cardoso.

Econômica Federal. Ora, por que este e não o outro? Surge a dúvida quanto ao futuro da comunidade, já que a favela em pleno processo de inchamento sofria o risco das famílias serem aliciadas pela classe média espremida pela alta dos aluguéis a venderem suas casas, indo morar em outra favela, resolvendo o problema do morro mas não dos moradores.

Outra questão: como seriam pagos os apartamentos? Estes seriam financiados pelo SFH, mas nem todos poderiam pagar, além de não serem indenizados pelas casas que seriam destruídas. E qual o destino dos terrenos desocupados, qual o interesse de desocupar uma área tão valorizada? Além destas questões que até poderiam ser resolvidas num acordo, mostrou que o principal motivo da rejeição era quanto à forma.

"Para mim era a forma, o jeito da coisa, acabava com a cara da favela. Mostrava prá gente uma cara de cidade, mas uma cidade que não deu certo e nós favelados rejeitamos".⁽¹⁰⁾

"Acabava com a morfologia. O favelado às vezes se encanta com a cidade e reproduz alguns valores que ele recebe na escola e na televisão, mas rejeita o jeitão da cidade do asfalto. Nós não queremos varal, lixo na porta de casa, casa pequena e insegura, mas também não queremos morar em pombal. Deus é grande e eu nunca vou morar naqueles cubículos de Copacabana. Nós queremos o que temos, queremos casa, comunidade, bochicho, biroscas".⁽¹¹⁾

(10) José Diniz, 56 anos, 35 anos de Santa Marta.

(11) Gilson Cardoso.

[O cotidiano comunitário estaria totalmente alterado para uma forma de vida do asfalto, da cidade legalmente reconhecida, afetando os valores culturais daquela gente.] Seu cotidiano está no subir o morro, parando nas biroscas, conversando, sabendo das coisas, tendo um contanto íntimo comunitário. As vielas estreitas, as casas de porta aberta, levam ao oposto da vida da cidade do asfalto, dos apartamentos. Na favela a sala de estar é toda a comunidade, com um sentimento de coletivo se contrapondo ao individual urbano. Em contrapartida o individual da favela se reflete em sua forma de gerir a casa, esta tem sua cara, pintada quando quer e pode, na cor que quiser, da forma e jeito seu.

"Favelado bebe muito, isto todo mundo sabe, mas não bebe só por tristeza, também bebe por alegria. Onde se faz samba? Prá onde vai a grana que os gringos deixam na avenida prá ver nossa alegria? Todo favelado é pagodeiro. Todo favelado é cumpadre".⁽¹²⁾

A vida na favela é muito dinâmica e a rua faz parte da casa de cada um. Este projeto acabava com a favela sendo uma remoção perversa, onde não se retiram as pessoas do local, mas aculturam, destroem a comunidade de uma forma mais sutil que as antigas remoções para a periferia. No encontro com a administração municipal estes argumentos foram apresentados, assim como a alternativa do projeto comunitário. O vice-prefeito Jó Resende afirma que a postura da associação era "radical, política e que a direção não quer o projeto, mas o povo quer".⁽¹³⁾ Diante deste

(12) Gilson Cardoso.

(13) Iden.

argumento desautorizando as lideranças locais, a relação ficou muito difícil de gerir e a A.M. propõe à prefeitura que fosse ao morro expor o projeto à comunidade.

Foi uma assembléia de 1.000 moradores, a maior da história do morro, onde os técnicos e políticos da prefeitura apresentaram o projeto, acenando com uma possibilidade de solução para a questão financeira. O resultado foi a rejeição por unanimidade da proposta.

Criado o impasse, a A.M. sai fortalecida e a prefeitura se omite, esperando "esfriar" a situação. Nesta mesma época ocorre o rompimento de relações do governo municipal com o estadual e a divisão dentro do partido do prefeito (PDT), levando à sua saída do partido. Neste momento há uma mudança na conjuntura política dada, com o prefeito isolado completamente, sendo o apoio da população a única saída para impor seu projeto político. Com este quadro colocado, a prefeitura recua em sua proposta e assume a proposta da comunidade, deslocando uma equipe técnica para trabalhar no Santa Marta, a fim de elaborar o projeto.

IV- O SEGUNDO PROJETO DA PREFEITURA

A comunidade já tinha seu projeto politicamente elaborado e parcialmente desenhado quando se dá início ao trabalho, além de contar com a assessoria de militantes, técnicos voluntários de universidades, subsidiando a direção da A.M. Esta relação foi bastante difícil pela ausência do responsável pelas obras no morro.

"O arquiteto dizia que não precisava ir no morro pois eram coisas técnicas e estas são feitas no escritório, depois trariam para nós. Quando ele trouxe umas plantas cheias de tracinhos e pontinhos, vimos que eram diferentes das nossas. Era um tal de vetor prá lá, vetor prá cá, um monte de palavras que não entendíamos. Tinha uma linha fina escrito cota 100, que tudo quanto era vetor apontava prá baixo dela. O que era vetor não sabíamos, mas aquele negócio só apontando prá baixo me deixou grilado".⁽¹⁴⁾

A proposta deste projeto era a reurbanização dentro dos moldes da comunidade mas apenas até a cota 100 (100 m acima do nível do mar). Acima desta cota não havia nada definido, apenas contenção de encostas. Ocorre que a cota 100 representa 1/3 da área da comunidade, sendo portanto uma reurbanização parcial.

(14) Gilson Cardoso.

Além disto criaria uma divisão entre favelados urbanizados e não urbanizados, com conflitos facilmente previsíveis, levando a uma quebra da unidade do movimento. O argumento apresentado era o de que a favela passaria a ser um bairro e, portanto, sujeito às leis urbanas que impedem as construções acima desta cota. Até aí poderia haver uma negociação, mas o que fazer com as famílias se o projeto não fala nada para onde vão? Existem áreas livres nos terrenos da prefeitura na lateral esquerda do morro, por que não alocá-las ali? Estas perguntas ficaram sem resposta até a apresentação do restante dos detalhes do projeto, quando aparece outra vez o minhocão na parte baixa do morro escondendo a favela atrás de si. Prá ele seriam deslocadas as famílias que "quizessem" morar lá.

Isto criou um conflito entre a prefeitura e a A.M. impossível de solucionar. Houve um rompimento no acordo de trabalho em co-gestão, um desrespeito à proposta da comunidade, além de voltar ao projeto inicial.

"Lembro que era gente boa mas não tinha sensibilidade para entender nossa realidade e também estava trabalhando do jeito que era mandado. Se não fossem os nossos técnicos traduzindo aquelas plantas a gente dançava direitinho. E o coitado é que pagou o pato". (15)

A Associação foi para o enfrentamento assessorada por técnicos do movimento, passando o saber acadêmico para a comu-

(15) Ronaldo Silva, 27 anos, palhaço da Folia de Reis, nascido no Santa Marta.

nidade, tirando esta forma de poder das mãos do Estado, fortalecendo os argumentos da diretoria. Como a conjuntura era a mesma, a Prefeitura recua mais uma vez, demite o responsável do cargo e retoma o acordo inicial.

V- O PROJETO FINAL DA PREFEITURA

Esta foi a vitória do movimento dos moradores do Santa Marta. A SMDU nesta época estava sob responsabilidade do secretário Sergio Andréa, um sociólogo, com estreito vínculo com a direção da A.M. favorecendo o relacionamento. Nomeia-se uma equipe sob responsabilidade dos arquitetos Paulo Saad e Kelsons Vieira, passando a elaborar o projeto junto com a comunidade.

As tentativas de impor um modelo ao Santa Marta e a experiência do Pavãozinho, acompanhada de perto pela diretoria da A.M., deixaram a marca da desconfiança, levando a um início de trabalho bastante tenso. No Pavãozinho as soluções da mesma equipe vieram de cima para baixo na tentativa de criar um modelo de urbanização de favelas como projeto político do Prefeito, mas no Santa Marta é exigido que seja democrático, com a participação popular na sua elaboração.

"Os caras achavam a gente chata porque queríamos que tudo fosse conversado conosco, mas não era uma questão de chatice ou radicalismo, quem vai morar lá sou eu, a responsabilidade junto à comunidade é nossa. Depois das obras os carinhas vão embora e é no meu barraco que nego vai bater na porta. Como é que eu vou conversar com um cara dizendo que ele tem que sair de casa prá passar uma rua sem ele participar? Quebra nossa relação, nosso acor-

do".⁽¹⁶⁾

Esta relação melhorou no transcorrer dos debates que antecederam a elaboração do projeto e mesmo depois. Cada passo era discutido entre técnicos e comunidade.

"Os arquitetos tiveram muita sensibilidade para encaminhar as questões da comunidade, eles respeitaram os moradores, ganhando nossa confiança e facilitando todo o trabalho. O projeto saiu do jeito da gente".⁽¹⁷⁾

Nesta harmonia os conflitos entre técnicos e comunidade eram, na sua maioria, resolvidos. O primeiro surgiu quando da necessidade de relocação das famílias para passagem dos trilhos e latões, e também das que estavam sobre esgotos, áreas de risco e outras obras, num total de 200. A Prefeitura propunha a colocação de containers nas áreas livres da prefeitura, hoje usadas como lazer pelos moradores; estes propunham a construção de casas de alvenaria diminuindo o adensamento existente hoje. A Prefeitura não concordou e a decisão final ficou sendo uma indenização para o morador passar 3 meses em casa de parentes enquanto se constrói a estrutura da nova casa, em algum lugar livre. Depois o morador conclui a obra com seus recursos, evidentemente vendo caso a caso, devido a total carência de algumas dessas famílias.

(16) Gilson Cardoso.

(17) Itamar Silva.

Outra questão de conflito foram as prioridades. O governo alegando escassez de recursos para todo o projeto, solicitava o direito de decidir as prioridades.

"Não somos irresponsáveis em querer ninguém morando em área de risco ou sobre esgotos, mas sabemos como e onde morarmos, além do que, ninguém melhor que nós sabe o que é viver com pouco dinheiro. Não adianta me dizer que não há grana e pronto, não senhor, me mostra e explica o orçamento municipal, talvez até tenhamos umas idéias interessantes para o problema de pouco dinheiro, afinal é nossa especialidade".⁽¹⁸⁾

Enfim o projeto básico foi elaborado e aprovado em assembléia. Os principais pontos são:

1. teleférico nas duas laterais do morro da parte baixa até a área conhecida como "terreirão", no acesso por Laranjeiras;
2. acima deste ponto, cota 270, relocação das famílias para outros pontos mais baixos e criação de um parque co-gerido pela comunidade e IBDF;
3. áreas de coleta de lixo nas vias transversais com aproveitamento da mão-de-obra da comunidade em convênio com a Comlurb;

(18) Gilson Cardoso.

4. drenagem externa para "enxugar" o morro, evitando a erosão das águas pluviais;
5. drenagem interna dos esgotos;
6. construção da estrutura em concreto armado das casas relocadas, sem ônus para as famílias e linha de crédito junto ao Banerj para financiamento dos materiais de construção;
7. estudo dos casos de carência no item acima;
8. pavimentação dos caminhos;
9. criação da linha de micro-ônibus Largo do Machado-Terreirão;
10. reflorestamento nas áreas livres e de lazer;
11. executar um plano de zoneamento para a favela.

Estes são os eixos principais do projeto que será sendo adaptado às necessidades locais. Embora não totalmente executado pelos limites financeiros e políticos da gestão Saturnino, ficou como bandeira de luta concreta cobrar das administrações sua execução. Hoje a história se modifica bastante pela não aceitação de co-gestão do atual prefeito Marcelo Allencar e do tráfico de entorpecentes ter assumido uma forte influência na Associação, ameaçando a integridade das famílias que se opusessem à sua chapa.

Q. R. J. 23

Além da bandeira de luta, serviu para que a experiência de um planejamento participativo, mostrasse os conflitos entre administração, movimento popular, técnicos e como são solucionados. Também nos mostra que assessoria tem que ser uma troca de experiências, com as partes envolvidas apropriando-se reciprocamente do saber.

VI- CONCLUSÃO

Neste estudo de caso, pudemos observar a heterogeneidade da comunidade do Santa Marta dando-lhe uma característica própria. Vimos a presença de uma vida interna, com dinâmica particular, na existência do seu comércio, lazer, religiosidade, produção imobiliária, etc., formando um complexo urbano em escala micro. Este complexo criou uma forma de vida particular ao Santa Marta, não podendo ser adotado para outras favelas. Esta experiência mostrou a impossibilidade da criação de um modelo de reurbanização para todas as favelas, pois a cada uma teremos diferentes valores, diferentes morfologias, diferentes histórias. Os tipos humanos, sua religiosidade, suas relações sociais, formam um perfil cultural específico a cada uma delas.

Como modelo poderíamos sim, adotar a prática conquistada pelos moradores para a elaboração de um projeto de urbanização, uma prática participativa, onde a identidade comum à todas favelas, ou seja, a escassez de serviços públicos, seja tratada de forma individual, no respeito às suas diferenças.

A ausência da intervenção do Estado nestas comunidades trouxe um descrédito no que se refere a sua eficiência e, em alguns casos, a desconfiança e desrespeito, devido a violência a questão submetidos os favelados. Qualquer intervenção governamental tem primeiro que resgatar a confiabilidade, através do respeito aos moradores, sem tentar impor um modo de vida diferente ao da

comunidade, a não ser que esta queira, respeitando seus desejos.

As tentativas de impor este modo de vida foram rejeitadas pelo desrespeito ao cotidiano cultural de seus habitantes. Projetos, até de governos "progressistas", acabam por ferir as normas internas da comunidade entrando em conflito com ela. Estes conflitos mostram as contradições sociais incorporadas inconscientemente à sociedade do asfalto, sendo reproduzidos culturalmente, pelos técnicos e administradores.

A manutenção dos valores culturais daquela comunidade representa sua identidade, sua cidadania, responsável por sua sobrevivência, rejeitando qualquer tentativa de aculturação, ferindo sua história, sua tradição, suas diferenças, sua "legislação" própria, pois isto levaria ao seu fim, enquanto favela. É importante ressaltar que esta identidade só "deve" acontecer em favelas antigas, onde o tempo de fixação forma várias gerações nascidas naquele ambiente.

Esta proposta de reurbanização conquistada pelos moradores, mostra o estágio daquele movimento, não mais reivindicando os serviços públicos, mas exigindo sua gestão, mostrando quais e como devem ser. A tradição de lutas contra a remoção e discriminação social, aliadas a uma forte vivência comunitária, resgata a cidadania destas pessoas. A vontade de manter a cara da favela, dita com orgulho, sem preconceitos ao nome, dentro de uma forma de vida saudável, física e mental, contrapõe-se ao modelo social da cidade do asfalto, individual, competitiva, excludente.

Aqui o agrupamento geográfico é uma estratégia de sobrevivência com a proximidade facilitando a gestão doméstica. Numa proposta de planejamento participativo temos de estar preparados para enfrentar reveses na própria concepção moral-cultural estabelecida pela sociedade "legal" e encarar a participação como uma troca de saberes, sem impor um saber como forma de poder, e sim, um instrumento de transformação social. Uma comunidade não é um bloco monolítico, mas um conjunto de complexidade, de valores, de indivíduos, onde adotar um perfil social como instrumento fixo, inviabiliza uma solução coletivamente aceita. Ao reurbanizar uma favela não se toca só na favela, mas no indivíduo, na pessoa. Estas comunidades são integrantes do espaço urbano como qualquer outro setor da cidade, sendo impossível sua erradicação. A questão hoje é colocada não sob a forma de acabar com o problema das favelas, mas acabar com os problemas das favelas, ou seja reurbanizar, integrar os serviços públicos às comunidades.

Ver que esta favela é uma comunidade que pulsa no ir e vir de suas ruas estreitas, estreitas suficiente para um contato comunitário, sinuosas e sensuais como sua música, seu balanço. Sensuais como o olhar nos olhos das pessoas passando próximas, na proximidade promíscua do aglomerado, do corpo a corpo, da casa aberta descobrindo casas e corpos de pouca roupa, da roupa íntima exposta no varal e não escondida nas áreas de serviço fechadas...



FOTO 1. Esquema dos teleféricos pelas laterais com os acessos transversais e longitudinais. Note-se ser um esquema, o desenho local obedece os caminhos naturais não retilíneos.



FOTO 2. Execução de calçamento em blocos de granito pelos moradores.

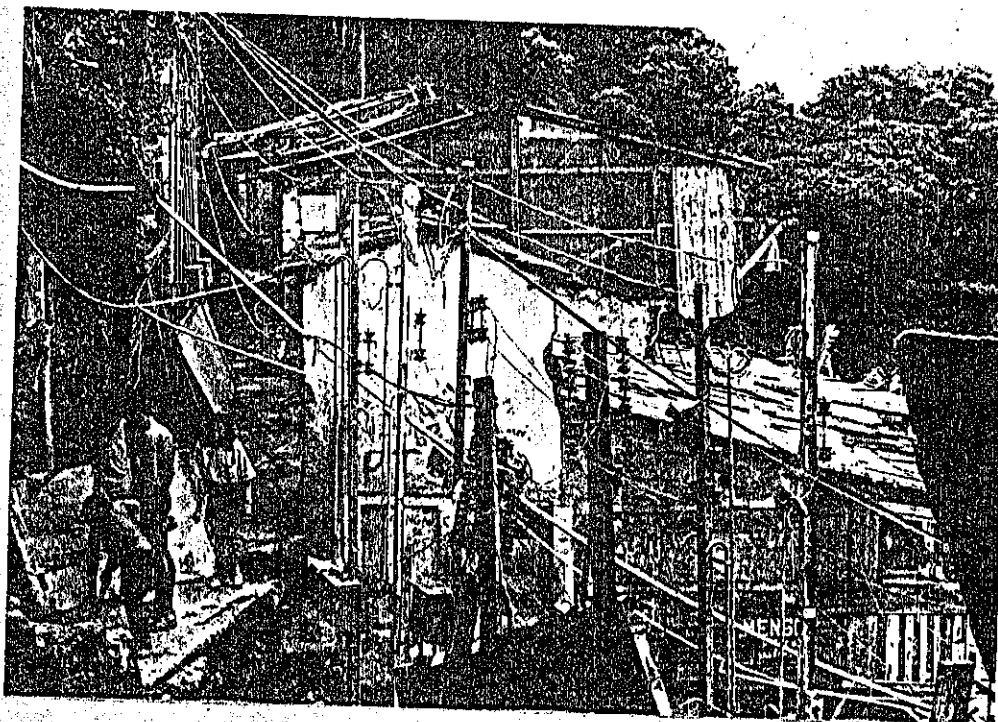


FOTO3. Detalhe dos caminhos transversais existentes.

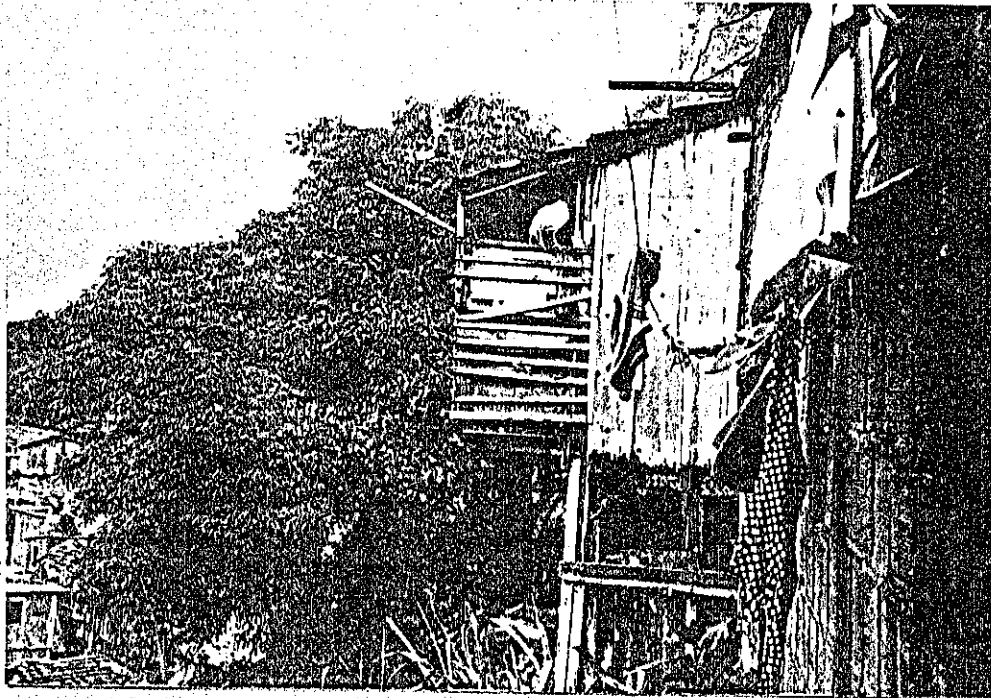


FOTO 4. Exemplo de "puxada". Neste caso é uma encosta até a base do cômodo, sendo permitida a "puxada", mas a varanda invade o espaço aéreo do vizinho. Detalhe para o galo na varanda; trata-se de prática comum a criação de animais para abate. Estratégia de sobrevivência.

U.F.P.A.
MUNICÍPIO DE
SANTO ANTONIO DO
PARANÁ

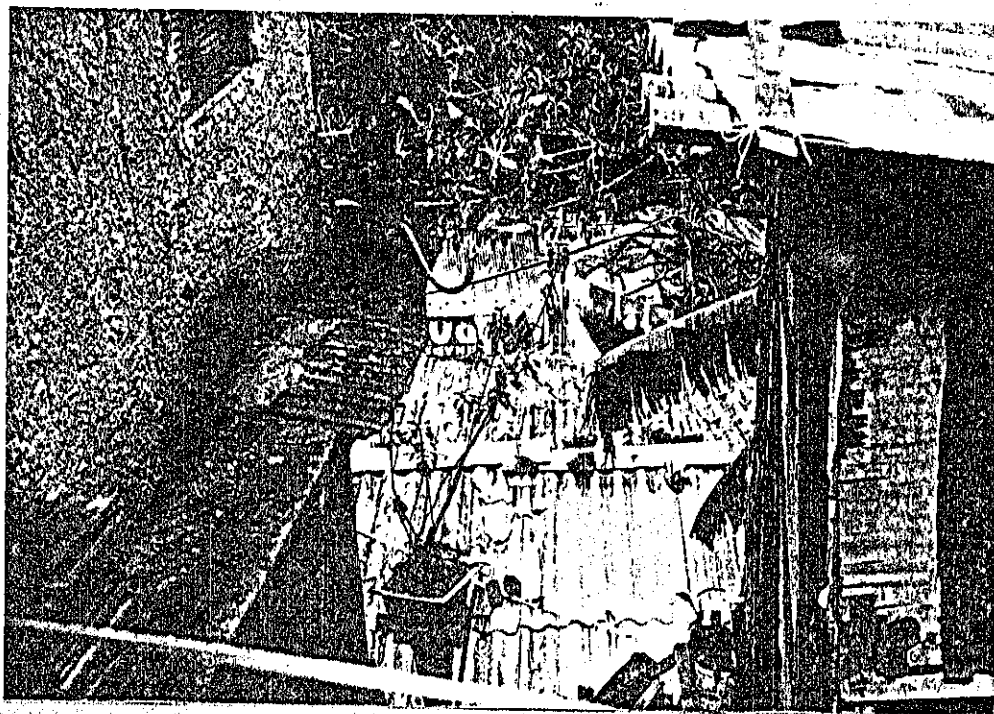


FOTO 5. Detalhe do afastamento em respeito à ventilação.

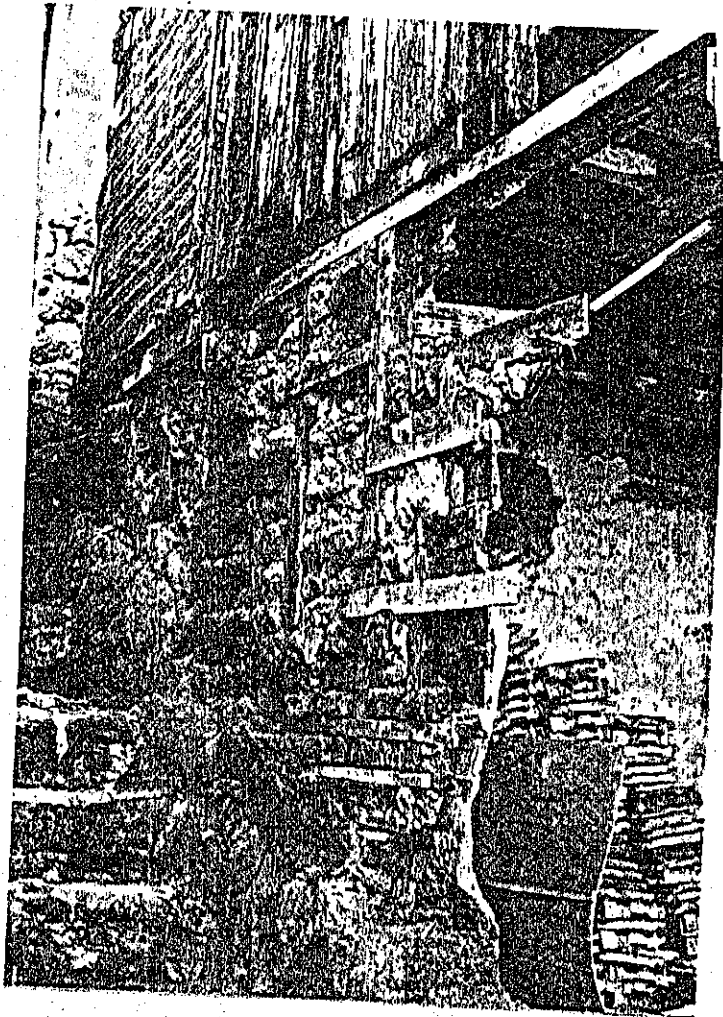


FOTO. Mordia construída de três formas diferentes: estuque, madeira e alvenaria. A parte de estuque abaixo, foi destruída nos desabamentos de 88 e morador reconstrói em alvenaria na parte firme para depois demolir o restante.



FOTO 7. Casa construída sobre valão.



FOTO 8. Caminhos secundários de acesso aos becos.

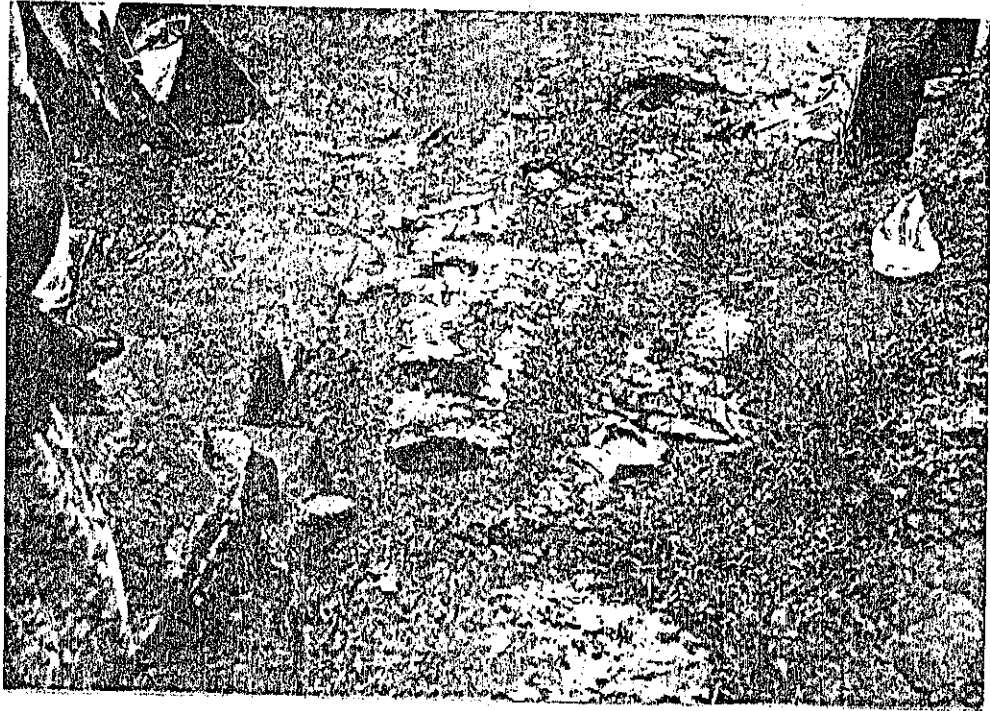


FOTO 9. Detalhe de vala de esgotamento fechada.

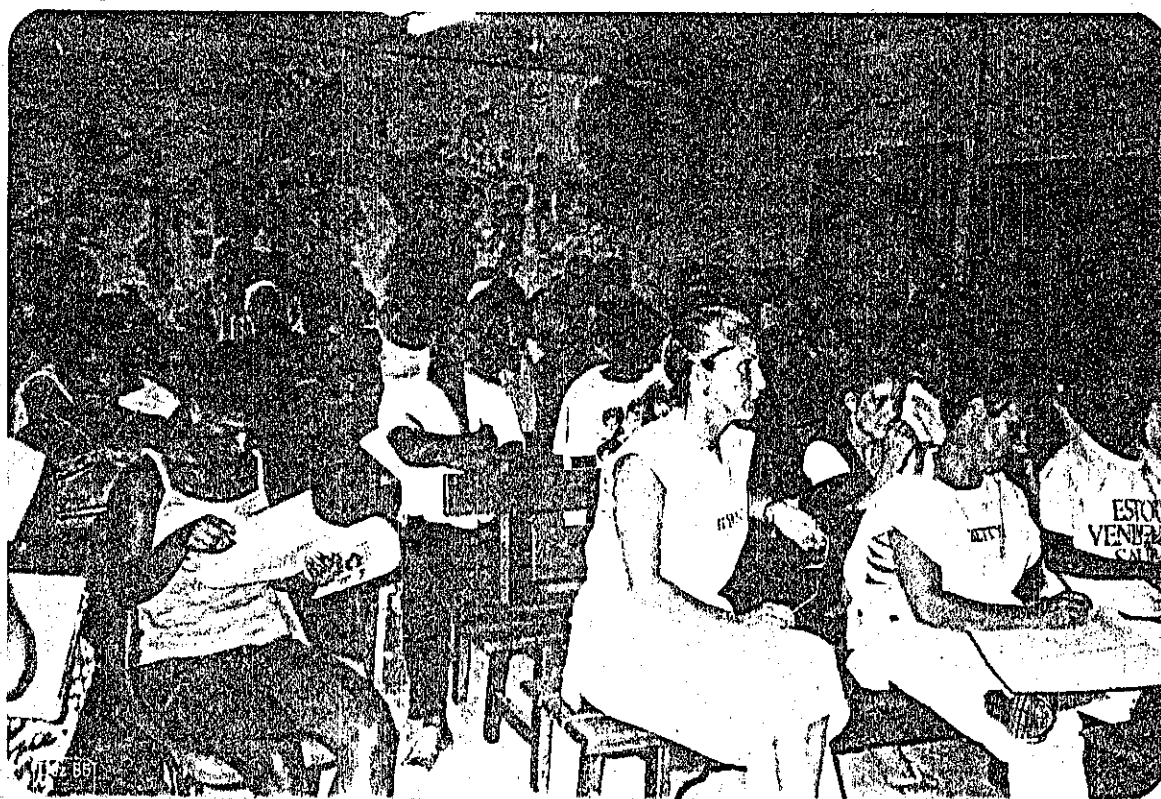


FOTO 10. Reunião na sede da associação de moradores, note-se o mural ao fundo com a favela no modelo de urbanização desejado.



FOTO 11. Eleição de novo mandato da diretoria. O presidente Gilson Cardoso em primeiro plano.



FOTO 12. Colônia de férias. Animação do Grupo ECO na praça.



FOTO 13. "Bochicho" num dos acessos principais do motro. Sede da A.M. à esquerda.



FOTO 14. Detalhe do palhaço Ronaldo Silva na Folia dos Reis.



FOTO 15. Pes. Agostinho e Veloso batizam a primeira rua a ter noma na comunidade. O nome mostra bem a simbologia da festa.



FOTO 16. Dona Quinha, rezadeira do morro batiza uma criança.



FOTO 17. Cenas do enterro das 7 pessoas mortas no desabamento de FEV.88, dentre elas, Dona Quinha.

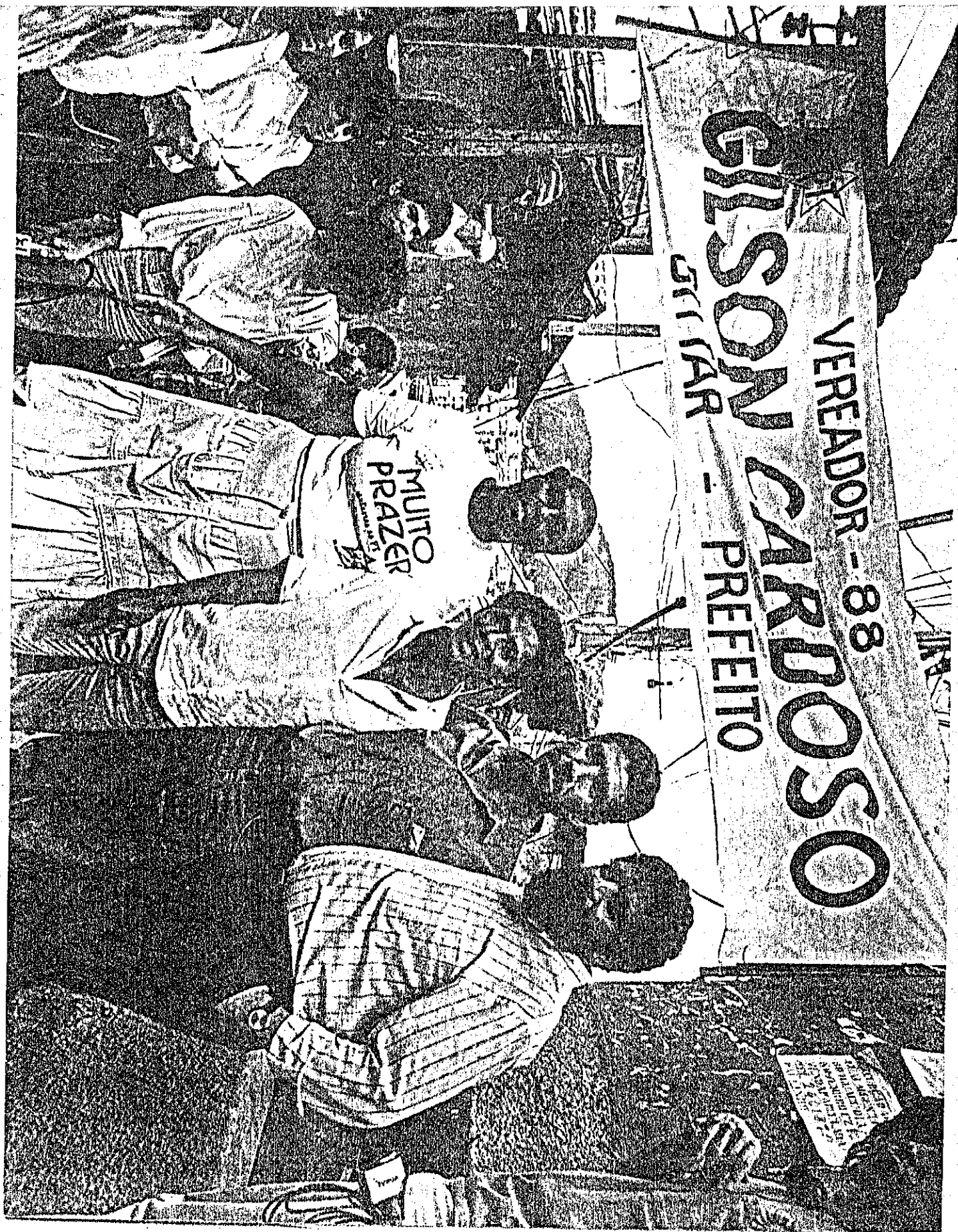



FOTO 18. Comunidade resolve ocupar o parlamento da cidade com seus próprios representantes.

I/98
I/02
I/07
I/11

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA DATA CARIMBADA		
07-2-52		
25.01-93		
4/3/96		
24/1/00		
06.09.02		
05/01/09		

SB-018-00

UFRJ/IPPUR x



42-0011608